

**O ABC DAS DESIGUALDADES RACIAIS:
UM PANORAMA DO ANALFABETISMO POPULAÇÃO
NEGRA ATRAVÉS DE UMA LEITURA DOS INDICADORES
DO CENSO 2000**

Marcelo Paixão¹

RESUMO

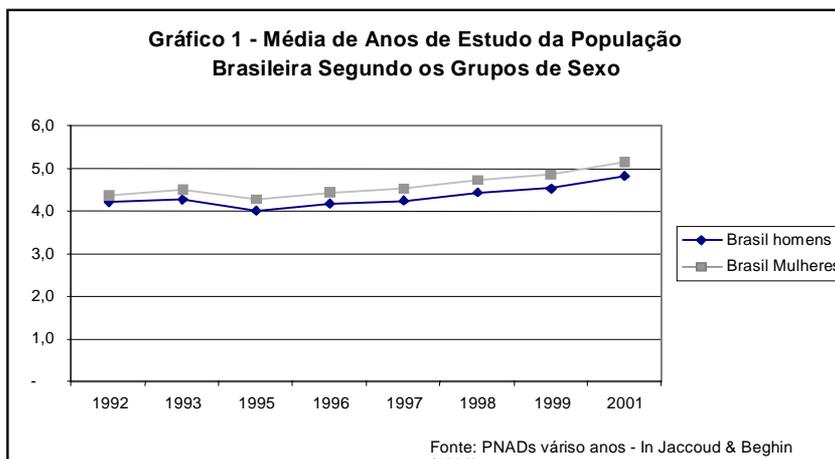
INTRODUÇÃO

A história brasileira guarda um íntimo diálogo com o problema do analfabetismo. Ao contrário do que ocorria entre os países de tradição protestante, onde a população era estimulada à leitura para poderem ler e interpretar a Bíblia; a massa da população brasileira, ao longo dos séculos, tendeu a permanecer distante das letras. Assim, a capacidade da escrita e da leitura ficava geralmente restrita a alguns indivíduos vinculados à elite senhorial. De resto cumpre lembrar que durante o período colonial e imperial, aos escravos era vedado o acesso à alfabetização.

Atualmente pode-se considerar o analfabetismo como um dos maiores temas nacionais. Infelizmente nosso país passou o século XX sem lograr erradicar completamente tal mazela do seio de seu povo. Do mesmo modo, a escolaridade da população brasileira apresenta profundas disparidades em relação aos indicadores verificados em outros lugares do mundo.

Em 2001, a média de anos de estudos entre os homens era de 4,8 anos e o das mulheres era de 5,1 anos, o que significa que nossa população, em sua maioria, simplesmente mal conseguia concluir o primeiro ciclo do primeiro grau (Gráfico 1). Lido por outro ângulo, estes indicadores brasileiros eram inferiores às médias de escolaridade, do começo da década de 1990 (mais especificamente em 1992), da

Argentina (9,2 anos); do Chile (7,8 anos); da Venezuela (6,5 anos); da Colômbia (7,5 anos); do Peru (6,5 anos) e; do Equador (5,6 anos), apenas para nos restringirmos aos países sul-americanos (Informe Sobre Desarrollo Humano, 1994).



Segundo os indicadores do Censo 2000, a taxa de alfabetização da população maior que 15 anos era igual a 87%. Com isso, neste mesmo ano, este índice, no Brasil, era inferior aos indicadores de alfabetização de praticamente todos os países da América do Sul: Guiana (98,5%), Argentina (96,8%), Uruguai (97,7%), Chile (95,8%), Suriname (94%), Paraguai (93,3%), Venezuela (92,6%), Colômbia (91,7%), Equador (91,6%) e Peru (89,9%), tendo ficado, apenas, ligeiramente superior aos indicadores de alfabetização da população da Bolívia (85,5%). Deste modo, mesmo para os padrões sul-americanos, o Brasil apresentava indicadores de alfabetização de sua população simplesmente vergonhosos (Human Development Report, 2003).

O lado curioso desta história é que um dos poucos consensos existentes no Brasil talvez diga respeito à centralidade da questão do incremento do padrão educacional de nosso povo. Na verdade, os grandes paradigmas explicativos das desigualdades sociais brasileiras repousam na questão da escolaridade uma de suas variáveis mais relevantes.

A teoria do capital humano defende que, para além dos fatores inatos ou herdados, os indivíduos têm sua renda determinada pelo seu grau de qualificação, a qual é determinada pela sua experiência profissional e, principalmente, pela aquisição de escolaridade ao longo do seu ciclo de vida. De acordo com esta teoria, o aumento do número de anos de estudos possibilita o indivíduo a aumentar sua renda devido: (i) a elevação de produtividade do trabalho; (ii) ao aumento de sua capacidade alocativa no mercado de trabalho, fator crucial no presente contexto de transição tecnológica. Assim, os teóricos do capital humano defendem a focalização nos gastos sociais no ensino fundamental. Deste modo, segundo esta formulação, os agentes econômicos estariam aptos tanto para aumentar seus rendimentos, como para tomar decisões econômicas de modo mais racional, tendo em vista a maior capacidade de absorver as informações transmitidas pelo mercado (c.f. FERREIRA, 2000; PAES BARROS & MENDONÇA, 1995, PAES E BARROS, MENDONÇA e HENRIQUES, 2000).

Os pensadores ligados ao espectro político e teórico mais à esquerda igualmente defendem que a questão da baixa escolaridade da população vincula-se com uma série de seqüelas. Para os mesmos, a elevada taxa de analfabetismo e o reduzido índice de escolaridade do povo brasileiro relacionam-se com uma baixa consciência política; reduzida disposição à organização popular, sindical e comunitária e à passividade em relação ao aparato político e economicamente dominantes. Em suma, para estes autores este tema é um *dos elementos centrais da cidadania e da modernidade* (BENJAMIN, 1994: 26).

Na verdade, a tradição do pensamento social brasileiro acerca da compreensão da importância da escolarização da população brasileira guarda um duplo consenso. De um lado, conforme verificado, as distintas visões ideológicas e teóricas depositam, por diversos motivos, uma ampla confiança quanto ao papel positivo que a expansão da educação formal poderia ter para o país em termos econômicos, políticos e sociais. Por outro lado, todavia, ocorre um novo consenso, desta vez de qualidade mais questionável, relacionado à realidade de quase nunca tal mazela é vista dentro um recorte mais detido no que tange à composição racial da população que conta com poucos anos de estudos e que é analfabeta.

Deste modo, procurando trazer contribuições para a superação de uma, no mínimo, triste tradição do pensamento social brasileiro, este

artigo pretende usar os indicadores do Censo 2000 com o fito de produzir uma análise do analfabetismo brasileiro através de um recorte por raça/cor. Neste caso, vale frisar que o uso dos dados da amostra de 10% do Censo é especialmente importante tendo em vista que é justamente este tipo de pesquisa que permite aos pesquisadores analisarem aspectos da realidade que tendem a ficar encobertas em outras pesquisas amostrais de menor âmbito de cobertura. Isto ocorre, principalmente, porquê o uso do Censo torna possível analisar, de forma estatisticamente consistente, a realidade encontrada nos municípios brasileiros, além de espaços usualmente pesquisados de forma insatisfatória, como é o caso das áreas rurais.

Este artigo está dividido, além desta introdução em mais quatro partes. Na segunda seção, são analisadas as taxas de analfabetismo e das taxas de analfabetismo funcional dos grupos de raça/cor da população brasileira negra e branca. Na terceira seção entra-se no mérito da composição racial da população analfabeta no Brasil, em 2000. Na quarta parte, é estudada a relação entre as desigualdades raciais dos indicadores sobre o analfabetismo da população com as médias de anos de estudos de brancos e negros em nosso país naquele mesmo ano. Na quinta parte, conclusiva, à luz dos indicadores analisados ao longo do artigo, se busca uma reflexão em termos da compreensão das políticas públicas no Brasil, especialmente no que tange à redução das disparidades raciais e sociais nos índices educacionais brasileiros. Finalmente, este artigo, além de conter dez tabelas referentes ao tema que está sendo discutido, também traz, em anexo, seis Mapas do analfabetismo e do analfabetismo funcional brasileiro segundo os grupos de raça/cor.

DESIGUALDADES RACIAIS NAS TAXAS DE ANALFABETISMO

Segundo dados do último Censo Demográfico realizado no Brasil em 2000, entre a população brasileira maior que 15 anos havia 15,3 milhões de analfabetos e 32,8 milhões de analfabetos funcionais (pessoas com menos de quatro anos de estudo). A gravidade destes indicadores não deve elidir um fato tão grave quanto este, qual seja, o peso das desigualdades raciais dentro desta temática.

De acordo com as Tabelas 1 e 2, pode-se ver que dos 15,3 milhões de analfabetos brasileiros, 9,7 milhões eram formados por negros e negras. Entre os 32,7 milhões de analfabetos funcionais, os

negros totalizavam 18,8 milhões de pessoas. Assim, segundo os indicadores do Censo Demográfico de 2000, a taxa de analfabetismo dos negros maiores de 15 anos, em todo o Brasil, era de 18,7% e, a taxa de analfabetismo funcional da população negra maior de 15 anos era de 36,1%. Estes percentuais eram substancialmente maiores do que o verificado entre a população branca cujos percentuais de analfabetismo e de analfabetismo funcional eram de, respectivamente, 8,3% e de 20,8%. Ou seja, se em relação ao indicador de analfabetismo funcional, a taxa verificada entre os negros/as era 73% maior do que a observada entre os brancos, no caso do taxa de analfabetismo, este valor relativo era 125% maior.

Tabela 1 – Número Total de Analfabetos de 15 anos ou Mais Segundo os Grupos de Cor/Raça; Brasil e Grandes Regiões; 2000

	Brancos/as	Negros/as (**)	Outros/as	Total (*)
Norte	253.300	949.151	53.980	1.256.431
Nordeste	2.061.473	5.793.422	40.416	7.895.311
Sudeste	1.926.159	2.096.201	29.552	4.051.912
Sul	910.475	383.697	15.743	1.309.915
Centro-Oeste	306.611	503.199	19.839	829.649
Brasil	5.458.018	9.725.670	159.530	15.343.218

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

(**) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

Tabela 2 – Número Total de Analfabetos Funcionais de 15 anos ou Mais Segundo os Grupos de Cor/Raça; Brasil e Grandes Regiões; 2000

	Brancos/as	Negros/as (**)	Outros/as	Total (*)
Norte	621.691	2.091.197	82.684	2.795.572
Nordeste	3.703.889	9.648.603	68.203	13.420.695
Sudeste	5.709.772	5.031.004	83.883	10.824.659
Sul	2.799.697	864.433	36.019	3.700.149
Centro-Oeste	831.940	1.167.087	38.590	2.037.617
Brasil	13.666.989	18.802.324	309.379	32.778.692

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

(**) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

Caso o índice de analfabetismo brasileiro fosse equivalente ao da população branca, o Brasil não apresentaria grandes alterações no ranking da alfabetização de pessoas maiores de 15 anos na América do Sul (ganharia somente duas posições, igualando-se à Colômbia). Todavia, caso o seu índice fosse equiparado ao dos negros, o Brasil, não apenas seria o último colocado na América do Sul, como apresentaria indicadores semelhantes à Namíbia (cujo índice foi de 82% , em 2000) (Tabelas 3 e 4, Human Development Report, 2003).

Tabela 3 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 anos ou mais Segundo os Grupos de Cor/Raça; Brasil e Grandes Regiões; 2000

	Branco/as	Negro/as (**)	Total (*)
Norte	11,0%	17,0%	15,7%
Nordeste	19,5%	27,6%	24,8%
Sudeste	5,8%	11,2%	7,7%
Sul	6,0%	14,1%	7,2%
Centro-Oeste	7,6%	12,7%	10,2%
Brasil	8,3%	18,7%	12,9%

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

(**) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

Tabela 4 – Taxa de Analfabetismo Funcional da População de 15 anos ou mais Segundo os Grupos de Cor/Raça; Brasil e Grandes Regiões; 2000

	Branco/as	Negro/as (**)	Total (*)
Norte	27,1%	37,5%	34,9%
Nordeste	35,0%	45,9%	42,2%
Sudeste	17,1%	26,8%	20,5%
Sul	18,3%	31,7%	20,4%
Centro-Oeste	20,5%	29,6%	25,1%
Brasil	20,8%	36,1%	27,6%

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

(**) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

Como seria de se esperar, o problema do analfabetismo no Brasil também se relaciona com as desigualdades regionais. Assim, da população brasileira que era analfabeta, cerca de 51% ficavam na região

Nordeste e 29,4% na região Sudeste. Entre os analfabetos funcionais, o peso do Nordeste caía para cerca de 40,8% e do Sudeste crescia para 32,9%. Mas ainda assim aquela região seguia como aquela onde este problema era mais intensivo. Apesar destas evidências, contudo, é impossível deixar de perceber que dentro das regiões brasileiras o analfabetismo perseguia com mais intensidade os negros/as.

De fato, através das Tabelas 3 e 4 também é possível ser observado que os maiores índices de analfabetismo, de negros/as e brancos/as, eram encontrados, não surpreendentemente no Nordeste. Destarte entre os negros maiores de 15 anos desta região a taxa de analfabetismo e a taxa de analfabetismo funcional eram, respectivamente, de 27,6% e 45,9%. Entre a população branca maior que 15 anos, estes índices eram de 19,5% e de 35%.

O fato dos indicadores nordestinos terem se apresentado pouco auspicioso em termos de índice de alfabetização não deve, portanto, esconder a realidade de que entre os afro-descendentes tal realidade era ainda mais impactante. Por outro lado, é importante frisar que em nenhuma das grandes regiões geográficas, foram encontradas taxas de alfabetização e de alfabetização funcional de negros/as maiores do que a de brancos/as. Assim, somente em parte as desigualdades raciais neste âmbito, verificadas no Brasil, podem ser derivadas de desigualdades regionais, posto o fato destas disparidades terem sido encontradas em todas as regiões brasileiras, sendo que as desigualdades eram verificadas com mais intensidade, justamente, nas regiões Sudeste e Sul (Tabelas 3 e 4).

Tabela 5 - Faixa de Analfabetismo Seleccionada em Municípios Brasileiros, Segundo os Grupos de Raça/Cor

Taxa de Analfabetismo Municípios Brasileiros	Negros (*)		Branco	
	Número de Municípios	Percentual	Número de Municípios	Percentual
50% ou mais	115	2,09%	12	0,22%
30% a 49,9%	1.728	31,38%	809	14,69%
20% a 29,9%	1.537	27,91%	1043	18,94%
15% a 19,9%	1.005	18,25%	636	11,55%
Abaixo de 15%	1.122	20,37%	3007	54,60%
Total	5507	100,00%	5507	100,00%

(*) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: microdados da amostra de 10% do Censo Demográfico de 2000.

A Tabela 5 indica os índices de analfabetismo de negros e brancos nos municípios do Brasil segundo faixas selecionadas de intensidade deste indicador. Através da mesma pode-se ver que entre os negros, em 2,09% dos municípios (115 no total) o seu índice de analfabetismo era superior a 50%. Entre os brancos, o percentual de analfabetismo superior aos 50% ocorre apenas em 12 municípios.

Entre as faixas selecionadas, o intervalo modal entre os negros eram as localidades cuja taxa de analfabetismo era entre 30% e 49,9% de analfabetos, representando a situação dos negros em 31,3% dos municípios brasileiros. Entre os brancos o intervalo modal era a faixa abaixo de 14,9% (54,6% do total de municípios do país). Vale também frisar que somente em 20% dos municípios brasileiros os negros apresentavam uma taxa de analfabetismo inferior à faixa abaixo de 14,9% (Tabela 5).

Tabela 6 - Faixa de Analfabetismo Funcional Selecionada em Municípios Brasileiros, Segundo os Grupos de Raça/Cor

Taxa de Analfabetismo Municípios Brasileiros	Negros (*)		Brancos	
	Número de Municípios	Percentual	Número de Municípios	Percentual
Mais de 60%	997	18,1%	284	5,2%
Entre 50% e 59,9%	1205	21,9%	705	12,8%
Entre 40% e 49,9%	1502	27,3%	989	17,9%
Entre 30% a 39,9%	1178	21,4%	1371	24,9%
Abaixo de 30%	625	11,3%	2158	39,2%
Total	5507	100,00%	5507	100,00%

(*) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: microdados da amostra de 10% do Censo Demográfico de 2000.

Na Tabela 6, que apresenta os indicadores sobre a taxa de analfabetismo funcional dos grupos de raça/cor, também são encontradas novas evidências quanto às desigualdades raciais. Destarte, entre os negros, em 18,1% dos municípios a taxa de analfabetismo funcional superava os 60%. Entre os brancos tal realidade era encontrada

em, apenas, 5,2% dos municípios. Em 21,9% dos municípios os negros encontravam-se na faixa entre 50% e 59,9% de analfabetos funcionais, ao passo que o mesmo indicador entre os brancos era observado em 12,8% dos municípios. Com isso, em quase 40% dos municípios brasileiros a taxa de analfabetismo funcional era superior aos 50%. Entre os brancos, somente em 18% dos municípios que a taxa de analfabetismo funcional atingia mais da metade deste grupo de raça/cor. Alternativamente, a faixa selecionada mais baixa de analfabetismo funcional (menos de 30%), correspondia a situação dos brancos em 39,2% dos municípios brasileiros, ao passo que entre os negros tal cenário era realidade em 11,3% dos municípios brasileiros.

Deste modo, pode-se ver que o problema do analfabetismo e do analfabetismo funcional afetava de forma absolutamente assimétrica os distintos grupos de raça/cor no Brasil. Estas diferenças acabavam se fazendo refletir na composição racial da população analfabeta e da população analfabeta funcional, onde os negros proporcionalmente apareciam de modo mais intensivo que os brancos. Esta discussão será vista no próximo bloco.

QUAL A RAÇA/COR DOS ANALFABETOS BRASILEIROS?

Os números levantados pelo Censo Demográfico de 2000 revelam que da população analfabeta em todo o Brasil, 63,4% eram negros/as. Entre a população analfabeta funcional a composição racial era de 57,4% de negros/as. Pode-se verificar também que, com exceção da região Sul, em todas as demais 4 regiões geográficas brasileiras, os negros/as formavam a maioria da população que não sabiam ler e escrever. Ainda assim, deve-se indicar que mesmo no Sul o peso dos negros na população analfabeta superava em muito (14,3 pontos percentuais na população analfabeta e 8,3 pontos percentuais na população analfabeta funcional) o seu peso na população como um todo. Deste modo, é um fato inequívoco que o problema do analfabetismo, se não era (e se não é) um problema exclusivo dos afro-descendentes, é uma questão que afeta primordialmente a população negra (Tabela 7).

Um dos modos de medirmos com mais precisão as desigualdades raciais em termos dos índices de alfabetização de pessoas maiores de 15 anos é calculando a participação relativa líquida de analfabetos negros. Este índice mede a composição racial do

analfabetismo, descontando o peso dos grupos raciais na população total. Assim, torna-se mais visível o nível da intensidade deste indicador nos distintos segmentos de cor/raça de nossa população.

Tabela 7 - Participação Relativa dos Negros (**) Analfabetos na População Analfabeta Total e Participação Relativa Líquida de Analfabetismo da População Negra na População Analfabeta Total, População de 15 Anos ou Mais, Brasil e Grandes Regiões, 2000

	% de negros na população (a)	% de negros analfabetos sobre a população analfabeta (b)	Participação Relativa Líquida de Analfabetos Negros (a-b)
Norte	69,7%	75,5%	5,9%
Nordeste	66,1%	73,4%	7,2%
Sudeste	35,6%	51,7%	16,2%
Sul	15,0%	29,3%	14,3%
Centro-Oeste	48,7%	60,7%	12,0%
Brasil	43,8%	63,4%	19,6%

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

(**) População negra engloba pretos e pardos

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE. Programação Luiz Marcelo Foca Carvano.

A nível nacional verifica-se que em todas as cinco regiões geográficas brasileiras e, por conseguinte, em todo o Brasil, os negros/as apresentavam um peso no total da população analfabeta e no total da população analfabeta funcional, maior que seu peso na população. No plano nacional esta diferença, no caso da taxa de analfabetismo, era de 19,6% (ou seja, se o peso dos negros na população de 15 anos ou mais em todo o país era de 43,8%, no que tange à população analfabeta era de 63,4%). No caso da taxa de analfabetismo funcional a participação líquida do analfabetismo negro, conquanto expressiva, caía para 13,6%.

Tabela 8 - Participação Relativa dos Negros Analfabetos Funcionais na População Analfabeta Total e Participação Relativa Líquida de Analfabetismo Funcional da População Negra na População Analfabeta Total, População de 15 Anos ou Mais, Brasil e Grandes Regiões, 2000

	% de negros na população (a)	% de negros analfabetos funcionais sobre a população analfabeta funcional(b)	Participação Relativa Líquida de Analfabetismo Negro (a-b)
Norte	69,7%	74,8%	5,2%
Nordeste	66,1%	71,9%	5,8%
Sudeste	35,6%	46,5%	10,9%
Sul	15,0%	23,4%	8,3%
Centro-Oeste	48,7%	57,3%	8,6%
Brasil	43,8%	57,4%	13,6%

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE. Programação Luiz Marcelo Foca Carvano.

Outro dado interessante é analisar estes indicadores no plano regional. Assim, observamos que o fato dos piores indicadores de analfabetismo e de analfabetismo funcional serem encontrados no Norte (respectivamente, 5,9% e 5,2%) e no Nordeste (respectivamente, 7,2% e 5,8%) não foi sinônimo de maiores desigualdades raciais.

Tabela 9 – Analfabetismo Líquido da População Negra – Municípios
Onde a Taxa Era Inferior a 0%

Estado da Federação	Número de Municípios (a)	Municípios: Taxa de Analfabetismo Líquido dos Negros < 0 (b)	(b/a)	Municípios: Taxa de Analfabetismo Funcional Líquido dos Negros < 0 (c)	(c/a)
Acre	22	4	18,2%	4	18,2%
Amapá	16	2	12,5%	3	18,8%
Amazonas	62	25	40,3%	23	37,1%
Pará	143	11	7,7%	6	4,2%
Rondônia	52	2	3,8%	1	1,9%
Roraima	15	9	60,0%	8	53,3%
Tocantins	139	20	14,4%	11	7,9%
Maranhão	217	14	6,5%	20	9,2%
Piauí	221	14	6,3%	17	7,7%
Ceará	184	0	0,0%	0	0,0%
Rio Gde. Norte	166	6	3,6%	7	4,2%
Paraíba	223	5	2,2%	7	3,1%
Pernambuco	185	1	0,5%	3	1,6%
Alagoas	101	2	2,0%	2	2,0%
Sergipe	75	4	5,3%	4	5,3%
Bahia	415	16	3,9%	10	2,4%
Espírito Santo	77	0	0,0%	2	2,6%
Rio de Janeiro	91	1	1,1%	0	0,0%
Minas Gerais	853	26	3,0%	33	3,9%
São Paulo	645	22	3,4%	16	2,5%
Paraná	399	8	2,0%	3	0,8%
Santa Catarina	293	11	3,8%	21	7,2%
Rio Gde. Sul	467	11	2,4%	8	1,7%
Mt. Grosso Sul	77	6	7,8%	4	5,2%
Mt. Grosso	126	7	5,6%	4	3,2%
Goiás	242	10	4,1%	10	4,1%
Distrito Federal	1	0	0,0%	0	0,0%
Brasil	5.507	237	4,3%	227	4,1%

(*) possíveis diferenças em relação aos dados oficiais devem-se às pessoas que não declararam sua cor/raça ao entrevistador do Censo

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

Mais uma vez as maiores desigualdades foram encontradas nas regiões mais desenvolvidas do Brasil. Destarte, a participação líquida do analfabetismo e do analfabetismo funcional negro no Centro-Oeste (respectivamente 12% e 8,6%); no Sul (respectivamente, 14,3% e 8,3%) e, especialmente, no Sudeste (respectivamente, 16,2% e 10,9%), foram mais expressivas. Isto implica que as desigualdades raciais nos indicadores educacionais brasileiros, paradoxalmente, apresentam-se maiores justamente nas regiões onde os serviços educacionais existem de forma mais abundante.

Segundo os indicadores do Censo Demográfico de 2000, não existia estado da federação onde a taxa de analfabetismo dos negros fosse menor do que a dos brancos. Todavia, quando analisado dentro dos municípios brasileiros, encontra-se uma realidade ligeiramente diferenciada, pois, existem dezenas de municípios onde a taxa de alfabetização dos negros era superior ao dos brancos.

A participação líquida de analfabetismo e de analfabetismo funcional negro pode ser encontrada na Tabela 9. Nesta pode-se verificar que dos 5.507 municípios brasileiros estudados, a presença dos negros junto à população analfabeta e junto à população analfabeta funcional era inferior à sua presença na população total em, respectivamente, 4,3% e 4,1% dos municípios. Destarte, pode-se verificar a amplitude das desigualdades raciais em nosso país incide no plano federal, estadual e, também municipal.

MÉDIA DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS GRUPOS DE RAÇA/COR

Conforme vem sendo observado, não há o menor motivo para elidir-se a realidade das desigualdades raciais no interior do problema do analfabetismo no Brasil. Visando aprofundar um pouco mais este debate, ver-se-á qual foi o comportamento de outro índice de escolaridade da população brasileira, qual seja, média de escolaridade das pessoas acima de 25 anos segundo os grupos de raça/cor. Deste modo, pretende-se ver o grau de convergência ou de divergência destes indicadores com os dados analisados do analfabetismo dos brasileiros/as.

Por intermédio da Tabela 10 vê-se que em todo o Brasil, em 2000, a média de anos de estudos da população adulta era de 4,57 anos entre os brancos e de 3,35 anos entre os negros. Entre os brancos a maior média de escolarização foi encontrada na região Sudeste, com 5,2 anos médios de estudos, ao passo que entre os negros a maior média foi encontrada no Centro-Oeste, com 3,84 anos médios de estudos. Tanto entre os brancos, como entre os negros, a unidade da Federação onde foram verificadas as maiores médias de anos de estudos foi Brasília, respectivamente, 9,42 anos e 7,04 anos.

Tabela 10 – Média de Anos de Estudos da População Brasileira Segundo os Grupos de Raça/Cor.

GRANDES REGIÕES	Unidade da Federação	Média de Anos de Estudo		
		Branco	Negro	Outro
NORTE	RONDÔNIA	4,30	3,43	3,49
	ACRE	3,78	2,83	2,41
	AMAZONAS	4,45	3,21	2,24
	RORAIMA	5,30	4,09	2,72
	PARÁ	4,13	3,25	3,28
	AMAPÁ	5,47	4,21	3,59
	TOCANTINS	4,46	3,29	3,17
	Total	4,37	3,32	3,07
NORDESTE	MARANHÃO	3,31	2,53	2,32
	PIAUI	3,15	2,34	2,34
	CEARÁ	3,61	2,53	2,69
	RIO GRANDE NORTE	3,98	3,08	3,18
	PARAÍBA	3,31	2,41	2,65
	PERNAMBUCO	3,90	2,88	3,10
	ALAGOAS	3,44	2,40	2,65
	SERGIPE	3,93	3,04	3,19
	BAHIA	3,69	2,65	2,83
Total	3,57	2,62	2,73	
SUDESTE	MINAS GERAIS	4,75	3,44	4,06
	ESPÍRITO SANTO	5,22	3,97	4,38
	RIO DE JANEIRO	6,32	4,61	5,32
	SÃO PAULO	5,64	4,13	6,10
	Total	5,20	3,79	4,96

SUL	PARANÁ	4,96	3,50	5,20
	SANTA CATARINA	5,15	3,75	4,54
	RIO GRANDE SUL	5,27	3,77	4,03
	Total	5,13	3,67	4,61
CENTRO-OESTE	MATO GROSSO SUL	5,13	3,72	4,03
	MATO GROSSO	5,10	3,81	4,03
	GOIÁS	4,95	3,87	4,27
	DISTRITO FEDERAL	9,42	7,04	8,54
	Total	5,03	3,84	4,17
BRASIL		4,57	3,35	3,93

Fonte: Microdados da amostra (10%) do Censo Demográfico de 2000; IBGE.

De forma semelhante ao que ocorreu nas desigualdades raciais nos indicadores de analfabetismo, em todas as cinco regiões geográficas do país e em todos os estados brasileiros, a média de anos de estudos dos negros era inferior à média de escolarização dos brancos. Outra vez nas regiões mais desenvolvidas do país era onde estas disparidades eram mais pronunciadas. Destarte, no Sudeste a diferença era, em média, de 1,41 anos e no Sul a diferença era, em média, de 1,46 anos a favor dos brancos. No outro extremo, nas regiões Norte e Nordeste, encontramos as menores diferenças nas escolaridades médias, respectivamente 1,05 anos e 0,95 anos, entre os grupos de raça/cor, favoravelmente ao contingente branco. Contudo, nestas regiões, esta menor assimetria estava longe de ser uma vantagem posto as médias de escolaridade destas áreas serem pronunciadamente menores do que no restante do país.

De todo modo, da leitura dos indicadores das diferenças raciais das médias de escolaridades, pode-se perceber que o problema do analfabetismo entre os negros/as é apenas uma das faces de um problema mais geral que envolve a população afro-descendente e o seu acesso ao ensino. Na verdade, o pensamento social brasileiro na área da pedagogia já guarda uma copiosa literatura do problema do racismo no acesso à educação (OLIVEIRA, 1999; PAIXÃO, 2003), em sala de aula (SANTOS, 2000), no ambiente escolar e familiar (CAVALLEIRO, 2003), na formação dos professores (SILVA, 2001), no livro didático (SILVA 2000); todos estas esferas nefastas para o sucesso escolar das crianças e jovens negros/as nos estudos.

Por outro lado, contrariamente à perspectiva apresentada por Henriques (2002), não creio que o problema dos indicadores

educacionais reflita os limites do universalismo em si, mas sim, o fato de que os recursos para a educação, tradicionalmente escassos, acabam sendo disputados, e ganhos, pelos grupos racialmente dominantes. Falo isso porquê simplesmente, no Brasil, nunca ocorreram políticas efetivamente universais na educação, mas tão somente vigoraram ações *color blind* que, como tal, eram, e são, incapazes de enfrentar a contento as desigualdades raciais efetivamente existentes, problema este que se agravou em um contexto de recursos insuficientes para a educação².

De todo modo, urge a necessidade de uma leitura integrada destes indicadores de ordem quantitativa (tanto os vinculados aos estudos populacionais, como os relacionados ao orçamento para a educação) com estudos de cunho qualitativo realizados dentro nos espaços didáticos, familiares e escolares possibilitando uma melhor compreensão da construção prática destas desigualdades, bem como, dos possíveis caminhos para a sua superação.

CONCLUSÃO

Apesar de neste artigo termos visto o problema do analfabetismo da população brasileira extremamente vinculado com a questão das desigualdades raciais, não considero que se deva naturalizar a relação entre os afro-descendentes e o analfabetismo. Em nossa história abundam personagens marcados pelo seu brilhantismo nas letras, tal como o tipógrafo Paula Brito, o escritor Machado de Assis, o médico Juliano Moreira, os engenheiros Antônio e André Rebouças e o jornalista José do Patrocínio, apenas para ficarmos com alguns negros de destaque do século retrasado. De resto, as próprias revoltas escravas ocorridas na Bahia na primeira metade do século XIX, foram organizadas pelos negros haussás, leitores e seguidores do Alcorão. Também no século XX outros tantos negros e negras – entre outros, Lima Barreto, Cruz e Souza, Carolina de Jesus, Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Milton Santos - aquilataram a cultura nacional com o talento de suas lavras.

Para além de uma naturalização deste problema, a maior intensidade do analfabetismo da população brasileira deve ser vista como o resultante de uma opção política levada a termo pelas elites brancas brasileiras ao longo do século XX. Assim, pode-se dizer que, não obstante a ausência de leis abertamente restritivas de acesso dos negros

aos bancos escolares, em termos práticos; o resultado acabou sendo muito semelhante.

O atual governo vem demonstrando uma correta preocupação com a temática do analfabetismo de sua população, chegando a recentemente elaborar um Mapa do Analfabetismo da População Brasileira. Por outro lado, reproduzindo as formas tradicionais de elaboração de políticas públicas no Brasil, aparentemente a filosofia que vem regendo a proposta de erradicação do analfabetismo em nosso país vem se guiando por um estilo *color blind*. Ainda que, evidentemente, seja correta a mobilização de esforços para a superação desta chaga em toda a população, deve-se salientar que os desníveis raciais contidas no interior desta questão não podem ser encarados enquanto um assunto puramente formal. Ou antes, ainda que a perspectiva da completa erradicação do analfabetismo de toda a população, em caso de efetivada, possa, vir eliminar por inteiro as desigualdades raciais contidas no interior deste indicador; creio não ser um simples exercício de pessimismo supor que, sem uma insistente luta para o aumento da auto-estima dos negros e negras, massacrada após décadas de democracia racial, estas ações terminem sendo inócuas.

A maior taxa de analfabetismo dos negros/as parece refletir as, comparativamente, piores condições de vida dos afro-descendentes; concomitantemente a ação do preconceito racial em sala de aula e no ambiente escolar e; a falta de expectativas de uma melhor colocação profissional posto às sinalizações pouco promissoras enviadas pelo mercado de trabalho para este grupo. Deste modo, não haveria motivo para que as políticas de erradicação do analfabetismo no seio da população como um todo não se fizessem acompanhar por diversas medidas complementares que permitissem, ao mesmo tempo, a paulatina redução da taxa de analfabetismo e a superação das desigualdades raciais.

Sem ter a intenção de esgotar a gama de propostas que poderiam ser avançadas neste mister, creio que medidas de reforço da auto-estima dos negros/as analfabetos (visando que eles deixem de sê-lo), políticas de combate ao preconceito racial e étnico em sala de aula e no ambiente escolar, a adoção de propostas educacionais alternativas baseadas na filosofia do multiculturalismo e a própria mobilização de uma ampla capacitação pedagógica, técnica e profissional anti-racista, já existentes no Brasil (c.f. SILVA & BARBOSA, 1997), poderiam ser um bom começo.

Mas para tanto, existe a necessidade de que as autoridades revejam sua tradicional fundamentação generalista no que tange este assunto, definindo a superação das desigualdades raciais e a promoção da qualidade de vida dos negros/as – que passa inclusive pela superação do analfabetismo no seu meio – em uma explícita e decidida política de governo.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, César. (1994), *Decifra-me ou te devoro*, in E. SADER (org.). *Alternativa de esquerda à crise brasileira*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

CAVALLEIRO, Eliane. (2000), *Do silêncio do lar ao silêncio es colar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. São Paulo, Contexto.

FERREIRA, Francisco. (2000), Os determinantes das desigualdades de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?, in R. HENRIQUES (org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.

HENRIQUES, Ricardo. (2002), *Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites do universalismo*. Brasília, UNESCO.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT (2003).

INFORME SOBRE EL DESARROLLO HUMANO (1994).

JACOUCOUD, Luciana & BEGHIN, Natália. (2002), *Desigualdades raciais no Brasil: balanço da intervenção governamental*. Brasília, IPEA.

OLIVEIRA, Iolanda. (1999), *Desigualdades raciais: construções da infância e da juventude*. Niterói, Intertexto.

PAES E BARROS, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. (1995), *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, (texto para discussão n° 337):59.

PAES E BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo & MENDONÇA, Rosane. (2000), A Estabilidade Inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, in R. HENRIQUES (org.). *Pobreza e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA..

PAIXÃO, Marcelo. (2003), *Desenvolvimento Humano e Relações Raciais*. Rio de Janeiro, DP&A.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (1999).

SANTOS, Isabel. (2001), A responsabilidade na escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos, *in* Eliane CAVALLEIRO (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo, Summus.

SILVA, Maria Aparecida. (2001), Formação educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial, *in* Eliane CAVALLEIRO (org). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. São Paulo, Summus.

SILVA, Petronilha & BARBOSA, Lucia. (1997), *O pensamento negro em educação*. São Carlos, Ed. UFSCar.

Notas

¹ Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador do Observatório Afro-brasileiro. Os indicadores contidos neste estudo foram programados sobre a amostra de 10% do Censo 2000. Agradecimentos especiais dirijo a Luis Marcelo Carvano, responsável pela programação e tabulação dos dados contidos neste estudo.

² Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU de 1999, o Brasil gastava 5,2% do PNB com educação. Este valor relativo não estava muito distante do praticado por países como os EUA (5,4%); o Reino Unido (5,4%), sendo mesmo superior ao percentual aplicado na Alemanha (4,8%) e o Japão (3,6%). Apesar destes indicadores serem relevantes cabe lembrar dois aspectos geralmente elididos pelos filósofos neoliberais quando tratam desta questão. Em primeiro lugar, o volume dos problemas educacionais nestes países é infinitamente menor do que o encontrado no Brasil. Assim, por exemplo, em todos os países selecionados neste pé de página a taxa de analfabetismo é igual a zero. Em segundo lugar, a comparação do orçamento brasileiro com os países do Primeiro Mundo baseada unicamente em percentuais deixa de lado um aspecto trivial que diz respeito ao volume de recursos aplicado por cada país. Ora, 5% do PNB, para o Brasil, será necessariamente menor do que 5% do PNB para os EUA pelo evidente fato de que estas economias têm tamanho distinto. Deste modo, pode-se dizer, sem sombra de dúvida, que além de mal, nosso país gasta muito pouco com educação.